



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 312 - DE 26 DE JANEIRO A 13 DE FEVEREIRO DE 2006 - R\$ 1,50

Conferências regionais do POR:

As raízes da crise política e as tarefas do partido revolucionário

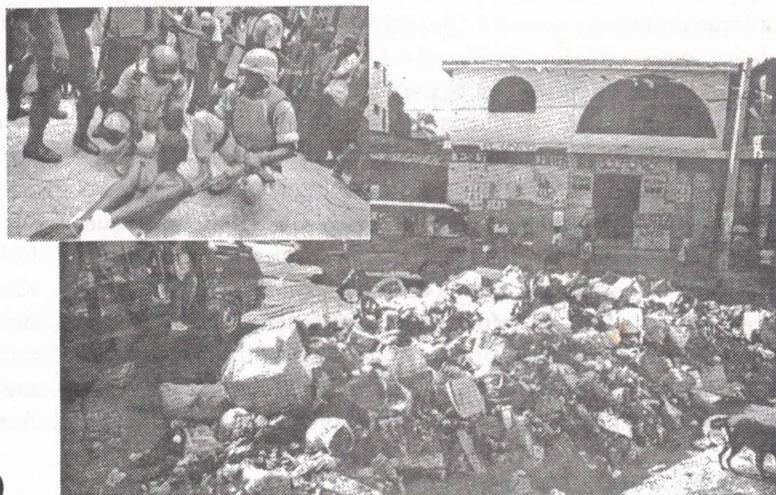
CUT, Força Sindical e governo fecham acordo e mantêm mínimo de fome



Artigos do POR/Bolívia sobre eleição de Evo Morales



**Haiti:
Brasil serve de
joguete para
imperialismo
manter opressão**



Conferências Regionais do POR

Resolução Política

O POR realizou em janeiro suas conferências regionais. As conferências discutem a conjuntura, avaliam a linha política e as campanhas do partido, os prognósticos e as tarefas colocadas pela situação, fazem um informe de cada estado e um balanço crítico e autocrítico de sua intervenção. Reproduzimos abaixo o texto que serviu de base à discussão, com a incorporação de emendas elaboradas durante os debates.

1.A podridão do PT expôs o modo de funcionamento do Estado burguês. O PSDB/PFL aproveitaram a revelação de um foco de corrupção nos Correios e a denúncia que fez um de seus implicados (Roberto Jefferson) contra a alta cúpula do governo, acusando o Ministro José Dirceu de comandar a compra de deputados (mensalão), para realizar a maior campanha de desmoralização de um partido que se tem visto na história do país. As negativas de que o PT e seu governo estivessem comprometidos com tal malversação logo foi desmascarada pelas contas da SMP&B/Banco Rural. O que passou a ser um escândalo de proporções jamais visto não fez senão trazer à tona uma prática corriqueira existente dos partidos que controlam a máquina do Estado, tanto é que as negociatas promovidas por Marcos Valério da SMP&B tiveram seu início com o PSDB de Minas Gerais, sob a direção de Eduardo Azeredo. Qualquer que seja o partido integrado ao aparelho estatal depende do financiamento de grupos capitalistas, que ocorre legal ou clandestinamente. A particularidade do tráfico petista está no fato comprovado de usar recursos obtidos com negociatas para distribuir regularmente aos partidos aliados e garantir as votações no Congresso. A compra de deputados também não foi invenção do PT. O que PT fez foi dar regularidade à prática. Não poderia governar sendo minoria no Congresso. Para garantir a maioria, socorreu-se da aliança com a escória dos partidos burgueses (PP, PTB, PL etc). A cúpula desses partidos foi literalmente comprada. Isso permitiu que o PSDB usasse o sofisma que a corrupção pontual que sempre existiu e se tornou sistêmica no governo do PT/Lula. Na realidade, o PT reproduziu as relações inerentes ao Estado capitalista.

2.A tese petista de democratizar o Estado mostrou a farsa do reformismo. Democratizar significava afastar a oligarquia partidária do comando do Estado, varrer o controle de grupos econômicos do orçamento federativo, eliminar os privilégios dos parlamentares, dirigir os recursos para os interesses da população e permitir acesso à "participação popular". Esse era o ideário petista da democratização. Ocorreu exatamente o contrário. O PT se oligarquizou, seus parlamentares passaram a fazer parte da elite privilegiada de políticos, o orçamento continuou a ser peça de negociatas com a oposição e aliados e a rede montada para favorecer grupos capitalistas permaneceu e o governo do PT se afundou nela. Por isso, já havíamos dito que não foi o PT que transformou o Estado, mas que o Estado transformou o PT em um partido da ordem burguesa que se decompõe. Ocorre que o reformismo compareceu como uma alternativa aos grandes partidos, cuja desmoralização perante a maioria oprimida constituía um problema para a burguesia manter a política favorável ao grande capital e contra a vida das

massas. A tese da democratização vinha justamente no sentido de limitar o poder dos monopólios e da oligarquia fundiária no seio do Estado. O PT fez crer aos explorados que por meio do voto e de alianças táticas poderia modificar as relações de forças no Executivo, Legislativo e Judiciário. Alcançou o poder com o apoio da própria classe burguesa. Já fazia parte das relações estatais por meio das eleições para prefeitos, governadores e parlamentares. Teve de se tornar um partido da ordem capitalista para ter acesso à presidência da república. O poder econômico o admitiu como uma alternativa principalmente para canalizar o descontentamento das massas e disciplinar o potencial de luta social que se gestava sob o governo da aliança dos três maiores partidos – PSDB, PFL e PMDB. O PT usou as massas com a propaganda reformista. Chegou à Presidência da República e imediatamente assumiu o continuísmo do governo anterior e todas as relações estabelecidas. A crise política pôs em evidência a inviabilidade da tese reformista de democratizar o Estado burguês.

3.O PT utilizou o controle dos sindicatos e dos movimentos sociais para trair os trabalhadores. A burguesia despertou seu interesse no PT desde o momento em que a burocracia sindical mostrou-se determinada a combater as greves e substituí-las pelos acordos de flexibilização do trabalho. Com o apoio internacional do sindicalismo social-democrata constituiu-se uma ampla aristocracia dirigente das organizações de massa. O sindicalismo colaboracionista ganhou feição política por meio do PT, que se deu antes mesmo deste chegar ao poder. Com a vitória eleitoral petista, esse fenômeno ganhou enormes dimensões. Um contingente de burocratas sindicais passou a integrar diretamente o Estado. Em virtude da crise, o presidente da CUT foi elevado ao cargo de Ministro do Trabalho. Não há novidade no fato de sindicalistas serem cooptados e corrompidos para exercerem postos estatais. O extraordinário está no fato do PT se constituir governo apoiado na burocracia e esta assumir como um todo a presença do governo no seio da classe operária e demais trabalhadores. Os oprimidos da cidade e do campo foram convencidos de que era chegada a hora de uma mudança de rumo de suas vidas. O PT no governo destinaria a política econômica para o desenvolvimento nacional, criação de empregos, solução da terra para os camponeses e fim da miséria. Mentiu descaradamente. Antes mesmo de ganhar as eleições, Lula fez um acordo com os banqueiros, industriais e latifundiários assegurando a governabilidade e garantindo a continuidade da diretriz do grande capital internacional. As massas oprimidas não poderiam saber o significado real do compromisso pró-imperialista da denominada Carta aos Brasileiros. Acreditavam que um governo representado por um operário,

cercado de uma poderosa máquina de propaganda, iria modificar o rumo dos acontecimentos. No entanto, impôs um profundo retrocesso nas lutas operárias. Bloqueou a ação do movimento sem-terra. Aplicou reformas ditadas pelo imperialismo. Está aí por que o PT pôde trair as aspirações dos explorados.

4. A burguesia de conjunto não se uniu contra o PT/Lula, apesar da campanha de desmoralização organizada pela frente PSDB/PFL. Isso por que o governo cumpre a risca a política econômica exigida pelo capital financeiro nacional e internacional. O pagamento da dívida externa e a especulação com títulos públicos têm permitido alta lucratividade aos banqueiros e investidores. A massa de capital parasitário depende do alto endividamento estatal para manter a acumulação ascendente e não se quebrar. O setor do agronegócio teve o maior crescimento de todos os tempos. Eis por que o Ministro Palocci e o presidente do Banco Central Meirelles asseguram um superávit primário de quase 5% do PIB, uma carga tributária pesadíssima, uma política cambial artificial, um salário mínimo de fome e uma contenção orçamentária mais rigorosa do que a do governo FHC. As críticas dos setores comercial e industrial se concentram nas altas taxas de juros e na carga fiscal. Mas estão de acordo quanto às contas públicas voltadas a pagar os credores. Frente a indicadores de queda no crescimento econômico, representantes do capital industrial e comercial levantaram as vozes, sem contudo se lançarem numa campanha de ataque ao governo e de apoio à bandeira de impeachment. Ocorre que, por cima das frações da burguesia interna, impera a burguesia imperialista. Nos momentos mais agudos da crise, marcada pela ofensiva do PSDB/PFL no sentido de atingir diretamente o governo, o presidente dos Estados Unidos saiu em defesa de Lula. O mesmo ocorrendo com outros chefes do imperialismo, assessores e representantes do FMI. O PSDB/PFL tiveram de limitar sua ação, recolhendo a bandeira do impeachment. A crise política não poderia transbordar para uma crise institucional. Isso explica a conduta do PT de não expor mais abertamente a corrupção da oposição burguesa. Desgastaram o governo derubando os ministros responsáveis pela condução geral da administração petista e parlamentares que promoviam as negociações interpartidárias na Câmara. Chegaram a demonstrar o comprometimento pessoal de Lula com o tráfico de influência, mas tiveram de preservá-lo, uma vez que o imperialismo e os banqueiros nacionais não admitiam a hipótese da cassação.

5. A corrupção em si não é motivo para a burguesia derrubar o governo. Essa prática é comum a todos os partidos burgueses. Sua extensão depende do grau de relação estabelecido com os grupos econômicos. Lula se socorreu desse fenômeno argumentando que o esquema de financiamento de campanha, cha-

mado caixa 2, existe no Brasil desde que existem eleições e que todos partidos da atualidade usaram esse expediente. O caixa 2 não seria propriamente corrupção, mas uma ilegalidade eleitoral. E que, portanto, haveria de se ter uma lei de financiamento aos partidos da ordem, que garantisse transparência e lisura. Aquilo que todo mundo faz não pode ser motivo de cassação do governo. Mas alguma punição deveria ser feita para enganar a população que acompanha à distância a podridão no Estado burguês. Afastou-se o Ministro José Dirceu, que chegou a ser considerado 1º Ministro, e depois se cassou seu mandato de parlamentar, sob a acusação de comandar o mensalão. As CPIs revelaram uma ampla rede envolvendo empresários, estatais, doleiros, bicheiros etc. Porta-vozes do PSDB e PFL denunciaram que os crimes do governo Lula eram maiores do que os do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Entendiam no entanto que o impeachment não poderia ser colocado pela oposição devido à necessidade de manter a estabilidade econômica, reconhecidamente bem conduzida pelo Ministro Palocci. O Ministro da economia tornou-se a última peça, antes do presidente, a ser atacada por ser também um dos comandantes da corrupção quando prefeito de Ribeirão Preto. A intenção do PSDB/PFL é a de levar a desmoralização e a desintegração do governo até o Ministro responsável pelo êxito da política econômica pró-imperialista. O que explica essa aparente contradição é a estratégia traçada pela oposição de sangrar ao máximo o governo para debastar a figura do caudilho Lula e derrotá-lo nas eleições de 2006. Collor de Melo não foi alijado da Presidência da República por corrupção, mas por se mostrar aventureiro, tentar governar por cima das frações burguesas, uni-las todas contra seu governo e por alimentar o ódio da classe média com o confisco. A corrupção foi um motivo alegado para o impeachment. O governo de Lula, ao contrário, alinhou-se com setores do capital, preservou os interesses da alta classe média, ainda que a sua camada baixa continuasse empobrecida e ampliou o assistencialismo por meio do programa Bolsa Família. Eleitoralmente, o caudilho Lula continua a ser uma possibilidade. Levar adiante um processo de afastamento do presidente da república, nessas condições, poderia abrir um conflito nacional custoso e desnecessário para a burguesia. Assim, a corrupção que é praticada por todos os partidos burgueses está sendo usada particularmente contra o governo do PT para derrotá-lo eleitoralmente.

6. As massas permaneceram como expectadoras do escandaloso processo das CPIs. Antes de explodir o escândalo, o governo do PT já havia demonstrado que não cumpriria as promessas eleitorais. Em pouco tempo, o reformismo evidenciou seu fracasso diante do país semicolonial, saqueado pelas potências, e perante a maioria empobrecida. Não poderia resolver as tarefas democráticas do capitalismo atrasado. O reformismo mostrou-se uma caricatura. O plano lulista do Fome Zero foi

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

uma teatralização. Esta aí por que a oligarquia partidária oposicionista pôde enxovalhar o governo e sapatear sobre o PT. As tentativas da burocracia sindical e dos estalinistas (PCdoB), mancomunados com o governo, de mobilizar a população contra o que pachorrantemente chamaram de “golpe das elites” não passaram de pequenos atos de burocratas e curriolas. O governo encolhido não se dispôs a contra-atacar a oposição. Tratava-se de manter a unidade do Estado e contar com o apoio do imperialismo para que o PSDB/PFL não chegassem ao extremo de propor o impeachment. Lula comportou-se como um saco de pancadas, silencioso. Limitou-se a declarar inocência e a conclamar bom senso aos seus investigadores. A burocracia da Força Sindical ensaiou, juntamente com a OAB e outras instituições do mesmo naipe, manifestações contra a corrupção, chegando a mencionar em voz baixa o impeachment. O ato do PDT no Rio de Janeiro se deu sobre um minguado “Fora Lula”. Essas tentativas da oposição indicaram que os explorados estavam distantes da crise que ocorria nos porões do Estado. Viram que o PT se igualava aos partidos da burguesia. Diante dessa circunstância social, o PSDB/PFL se concentraram no objetivo de espatifar a imagem do PT ético diante dos olhos da classe média e das camadas operárias que acompanhavam os noticiários.

7.A crise serviu para a oposição paralisar internamente o governo. Logo no início, o governo organizou os fóruns tripartites com a idéia de que seria possível negociar as reformas neoliberais. A crise política se responsabilizou por não concluí-las. Durante quase um ano, o Congresso não faz outra coisa senão alimentar o teatro das CPIs. Os projetos dependem de negociações, que se tornaram impossíveis, a não ser nos casos de interesses políticos da própria oposição e dos capitalistas. Na Reforma Universitária, que comparecia como a linha de frente da ação governamental, o governo pôs em prática o ProUni (compra de vagas), as cotas, a regulamentação das fundações privadas. A Reforma da Previdência não foi inteiramente concluída. A Reforma do Judiciário atolou nos choques entre governo e cúpula de juízes. As reformas sindical e trabalhista, fruto das negociações no Fórum Nacional do Trabalho, foram adiadas. A Reforma Fiscal encalhou. E, agora, motivada pela crise, propôs-se retomar a reforma partidária, que também foi adiada. O PSDB/PFL tornaram o governo do PT inoperante. A aprovação das reformas e sua aplicação daria ao PT/Lula a governabilidade planejada. No entanto, restou a Lula conservar a gestão da política monetária e financeira para atender os condicionamentos do imperialismo. E se projetar por meio da política externa.

8.O governo do PT/Lula manteve o ataque à maioria trabalhadora. A Reforma da Previdência penalizou os aposentados e a maior parte dos servidores públicos. A destruição de direitos sociais e a imposição da flexibilização do trabalho, com contratos temporários, terceirização etc. continuam sendo implantados. A manutenção do salário mínimo de fome atesta a violência sobre os explorados. A preservação da legislação repressiva (lei anti-greve, lei das desapropriações) e a omissão diante dos crimes sociais impulsionaram a repressão sobre os movimentos e a perseguição e assassinato das lideranças. A Re-

forma do Judiciário protege a camarilha de juízes e destrói conquistas dos funcionários. As PPPs servem para a privatização e garantia dos lucros dos capitalistas. As medidas de manutenção dos baixos recursos à educação, a exemplo do Fundeb, servem para reduzir a responsabilidade do Estado e ampliar a privatização.

9.O governo Lula vem sendo arrastado pelas manobras internacionais das potências que procuram ajustar seus interesses na situação de crise de superprodução. No entanto, procura dar a impressão de independência e de liderar um movimento favorável aos países de economia atrasada (semicoloniais). A ambivalência do apoio aos Estados Unidos na ocupação do Haiti, o apoio a Hugo Chaves (Venezuela), adversário nacionalista do governo Bush, e também o apoio a Evo Morales, na Bolívia, demonstram um governo voltado a contornar os choques internos na América Latina e desta com o imperialismo norte-americano. Utiliza-se de uma aparente independência frente aos Estados Unidos. Mascarado de um governo nacional de esquerda, intervém nas crises revolucionárias como na Bolívia e no Equador. Vale-se do que restou do Mercosul para ajudar Kirchner na Argentina a estabilizar o regime político, abalado com a crise do endividamento e pelas medidas de confisco. A integração da Venezuela ao Mercosul, que poderia parecer uma provocação a Bush, na verdade tem a função de disciplinar os ímpetos nacionalistas de Chaves e utilizar os recursos venezuelanos. As conversações com Álvaro Uribe vêm no sentido de apoiar o cerco contra as FARC e eliminar a associação do governo Lula com o movimento guerrilheiro colombiano. A recente tentativa dos Estados Unidos de retomar a Alca, na Cúpula das Américas, não teve como ir adiante devido a agressividade e impopularidade da ofensiva imperialista e às contradições internas dos governos argentino e brasileiro. Mas quem se destacou como oposição foi o nacional-populista Hugo Chaves. Lula preferiu manter-se como anfitrião de Bush. O palavreado petista de deslocar o Brasil do eixo dos Estados Unidos para novos mercados, como o Europeu e asiático, tem sido desfeito. O governo lulista verificou que não tem como realizar uma política independente da potência que domina a América Latina e divide com as demais o restante do mundo. Depois da ocupação do Iraque, vem cada vez mais evitando conflito com os Estados Unidos e procurando se aliar ao governo Bush nas negociações em torno do comércio mundial. A Europa social-democrata, a qual pensou se alinhar para contrabalançar a influência dos Estados Unidos na América Latina, passou a ser uma adversária que não abre mão dos subsídios agrícolas, “privilegia” as semicolônias africanas e exige que o Brasil abra ainda mais suas fronteiras comerciais a mercadorias industriais e serviços. Na realidade, o governo do PT se mostra impotente diante das forças do imperialismo e serve-lhe de joguete.

10.A tentativa de defender o PT e o governo Lula como uma conquista das esquerdas é reacionária. Uma das alas da direção majoritária alegou a necessidade de refundação do partido. Com isso, Tarso Genro pretendia afastar do comando a camarilha de José Dirceu. Fracassou e pôs de lado a pretensão de ser o presidente do PT, dando lugar a Ricardo Berzoini, defensor da

unidade. Os mandelistas da Democracia Socialista reclamaram a mudança da política econômica e a moralização do PT, levando à comissão de ética os implicados nas denúncias de Roberto Jefferson. A ala mais à esquerda, os lambertistas de “O Trabalho” fizeram uma campanha de volta do PT ao Manifesto de fundação. Fizeram um papel quixotesco de almejar uma direção que rompesse com a política econômica de Lula e que exigisse o cumprimento das promessas feitas aos movimentos sociais. Os demais agrupamentos oscilaram como oportunistas inveterados entre essas posições, como o de Pomar, Maria do Rosário e Plínio Sampaio, que acabou saindo do PT juntamente com um grupo de parlamentares insatisfeitos com o resultado das eleições internas. O campo majoritário continuou a mandar no PT, a DS se contentou com a vice-presidência, O Trabalho enfiou a viola no saco e os demais mantiveram cargos na direção. Como resultado da crise, Sílvio Pereira se desfilou, Delúbio foi excluído e José Genoíno se afastou da presidência do partido e recebeu uma gorda aposentadoria do Estado como um bom parlamentar das causas burguesas. As eleições para a direção do PT, que compareciam como possibilidade de redenção no entendimento das correntes opositoras internas, demonstraram o quanto o PT assumiu as feições de partido burguês, estatizado e oligarquizado.

11. As cisões sem princípio no PT vêm no sentido de combater a construção do partido operário revolucionário e preservar posições democráticas pequeno-burguesas. A política pró-imperialista do governo Lula provocou desilusão e cisão nas fileiras do PT. A direção do PT expulsou um grupo de parlamentares que não se sujeitou a votar favorável à Reforma da Previdência. Precipitou assim a formação de um novo partido – PSOL – que já se formava no interior do PT. Constituiu-se de um ajuntamento de descontentes que chegaram à conclusão de que o PT abandonou o socialismo democrático. Trabalharam por potenciar um partido de massas eleitoral para realizar reformas que não vieram. Trata-se, portanto, de manter a posição de viabilidade do “socialismo” pela via pacífica das eleições e da democracia parlamentar. O socialismo democrático é uma versão pequeno-burguesa da negação da revolução social e da estratégia da ditadura do proletariado. Em seu pouco tempo de existência, o PSOL liderado pela senadora Heloisa Helena, proveniente da Democracia Socialista, mostrou-se incapaz de ter uma política independente dos partidos burgueses e do parlamento. Destacou-se nas CPIs manejadas pelo PSDB/PFL, fazendo frente com esses partidos no ataque ao governo Lula. Reproduziu a velha ilusão das esquerdas de que a CPI é um instrumento democrático de luta contra a corrupção. Mais grave ainda foi sua participação na CPI da Terra, constituída por iniciativa da bancada ruralista e por exigência da UDR. Conclusão: a maioria ruralista aprovou um relatório de condenação do MST por atos terroristas e crimes hediondos. Heloisa Helena fez emendas ao relatório fascista, para evitar que lideranças reconhecidas fossem indiciadas por tais crimes. A tentativa de conciliação para salvar o MST indica a futilidade pequeno-burguesa diante da reação. A legalização do PSOL serve para potenciar conjuntamente o oportunismo, obstáculo para a construção do partido revolucionário.

12. O esquerdismo não tem como ajudar o proletariado e demais explorados a superar as ilusões no reformismo e a derrotar a burocracia sindical. Referimo-nos particularmente à virada da política oportunista do PSTU, frente ao reformismo e sua burocracia sindical, para o ultra-esquerdismo. É conhecida a insistência dos morenistas em procurar ingressar na frente eleitoral com o PT, sob o chamado de frente de esquerda ou frente socialista. A negativa do PT em admitir o PSTU numa frente eleitoral levou-o a lançar candidaturas próprias. No entanto, o PSTU apoiou a candidatura Lula, no segundo turno. Desconsiderou a trajetória de integração do PT no Estado burguês. E desconheceu a Carta aos Brasileiros – acordo de Lula com o imperialismo antes das eleições. Dessa forma, seguiu a tática oportunista de se aproximar das bases eleitorais do PT. Uma das características do oportunismo é a de incentivar as ilusões no reformismo e no democratismo eleitoral. Não por acaso, diante da cisão do PT dentro do aparelho do Estado, que deu origem ao PSOL, a conduta do PSTU foi a de lançar um novo partido com esses reformistas. Corresponde à estratégia do PSTU de um governo dos trabalhadores, amplamente aplicada para defender a eleição de Lula. Essa estratégia conduz, tanto no campo prático quanto no de princípio, à negação da ditadura do proletariado. Ocorre que o governo que ajudou a eleger, mesmo que sua contribuição tenha sido insignificante, imediatamente se dispôs a seguir as diretrizes do grande capital e a realizar as reformas neoliberais, entre elas a trabalhista e sindical. Evidenciou-se ainda mais a integração da CUT no Estado burguês. O processo de burocratização avançou com a participação das direções sindicais cutistas no governo. A burguesia pretendia e pretende a reforma trabalhista para legalizar os acordos de flexibilização implantados com a colaboração dos sindicalistas pelegos. Esses, por sua vez, almejavam e almejam a reforma sindical que fortaleceria o aparelho burocrático e a capacidade de negociação colaboracionista. Tal combinação de interesses ganhou projeção com a chegada do PT ao poder do Estado. É nessa circunstância que o PSTU modifica sua política diante do PT e, portanto, da CUT. Lança um movimento pela ruptura com a Central petista. Propõe-se a constituir de uma nova Central a partir da aglutinação de um pequeno contingente de sindicatos, que formaram a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Essa virada do PSTU, que antes era cutista até a medula e fazia oposição de boa vizinhança à burocracia petista, expressou a defesa de seus próprios aparatos. Desconsiderou completamente a ascendência que o PT e a burocracia ainda têm sobre as massas proletárias. A tentativa de criar um movimento de ruptura não pôde disfarçar que se tratava de uma cisão de aparatos. Arrastou um punhado de sindicatos da pequena burguesia, algumas organizações operárias já sob seu controle e os agrupamentos sectários. Justamente no momento em que modificam as condições políticas para combater a burocracia no terreno da CUT, o PSTU toma o caminho da cisão aventureira. Ao contrário de ajudar os trabalhadores a se contraporem ao aparelho burocratizado dos reformistas apodrecidos e impulsionar a luta pela independência e democracia sindicais, a política de ruptura constitui um desvio. Essa posição explica também o fato dos morenistas virem às costas para a experiência que as massas estão fazendo com o governo Lula. Diante da disputa interburguesa que se dá

por meio das denúncias de corrupção e constituição de CPIs, o PSTU passou da bandeira de "Fora Lula" para a de "Fora Todos". Sem que houvesse qualquer tendência das massas para uma luta independente pela derrubada do governo, acossado pela aliança PSDB/PFL, o PSTU se mostra inconseqüente com sua bandeira de derrubada do governo e do Congresso. Assim, o PSTU se negou a desenvolver a bandeira ajustada para a situação que é a de convocação de um Tribunal Popular. O ultra-esquerdismo é apenas uma fase do PSTU que se esgotará e dará lugar a um oportunismo mais arraigado. O morenismo se desenvolveu pela via do oportunismo. Por não ter um programa definido, não tem como ser instrumento do proletariado para derrotar a burguesia, cuja tarefa exige a derrota do reformismo e de sua burocracia sindical.

13. Os trabalhadores tendem a romper as amarras dos sindicatos burocratizados. O governo contou a seu favor com uma taxa média de crescimento do PIB de 2,83% por ano e, no último período, com taxas positivas de emprego, concentradas nos serviços e comércio. O baixo aumento do emprego na indústria revela o lado artificioso do crescimento econômico. Embora sejam resultados medíocres e que repõem perdas do passado, não deixam de influenciar politicamente as massas que apoiaram Lula. E utiliza da previsão de que os salários que têm perdido valor terão ganhos reais. Mesmo que a taxa média dos ganhos tenha tido queda, a burocracia e o governo atuam demonstrando que o quadro é mais promissor do que foi o do governo FHC. O assistencialismo também reforça as pressões sobre os oprimidos para continuarem passivos. Em parte, essa situação econômica e social explica por que as massas não foram atraídas pelo PSDB/PFL para se levantarem contra o governo do PT. O que quer dizer que a burocracia cutilista continua a exercer o controle sobre os assalariados, sufocando os instintos coletivos de luta. Essa situação, no entanto, foi marcada pelo descontentamento dos setores públicos, que protagonizaram greves por todo o país. É claro que não puderam questionar o governo devido a sua fragmentação e passividade. A greve nacional dos bancários, que envolveu tanto público quanto privado, por sua vez, se radicalizou em confrontos com a repressão. Foi quebrada pela direção burocrática que desde o início procurou impedir a eclosão grevista. A classe operária permaneceu em letargia. A onda de desemprego que atingiu o setor industrial na era FHC, prolongando-se no primeiro ano do governo Lula, e a colaboração da burocracia com a flexibilização do trabalho sufocaram as reações da classe operária. O não combate à terceirização, contratos temporários, PDVs (Plano de Demissão Voluntária), Banco do Horas e demissões em massa fragilizaram o movimento operário. A recente greve na Volkswagen pela mesquinha reivindicação do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) foi um acontecimento isolado, mas é bem provável que esteja indicando uma tendência de ruptura dos metalúrgicos do ABC com o controle burocrático do sindicato petista. Foram 25 dias de greve, contrariando a política da burocracia. Foi uma greve não só contra o patrão mas também de oposição às manobras colaboracionistas da direção sindical, ainda que não tenha se expressado com total clareza nesse sentido. Todos esses movimentos tiveram em comum o combate ao arrocho salarial e ex-

pressaram resistência à flexibilização do trabalho. As amarras dos sindicatos serão rompidas justamente pela reivindicações salariais, pelo emprego e contra as medidas de destruição de conquistas.

14. O governo Lula tem garantido os interesses dos latifundiários e da agro-indústria, contrapondo-se à tarefa democrática da reforma agrária. Nem mesmo as metas de assentamento, que não é propriamente uma reforma agrária, tem cumprido, ficando aquém das realizações de FHC. Dizemos que o assentamento é justamente uma forma do Estado enganar a população camponesa e as massas urbanas, dando a impressão de que estaria atendendo a reivindicação histórica da reforma agrária. O MST, principal movimento dos camponeses pobres, também entende que a reforma agrária está sendo realizada pela via da desapropriação com indenização aos ricos proprietários pelo Estado. Contraditoriamente, o método das ocupações leva ao desenvolvimento social e político dos camponeses. Coletiviza o problema e impulsiona a luta de classes no campo. A burguesia semicolonial brasileira se constituiu sobre a base da oligarquia agrária, não pôde e não poderá dar acesso à terra aos milhões de camponeses cumprindo a tarefa democrática da reforma agrária. O PT propunha a reforma agrária nos moldes de FHC. Esse pressuposto por si só negava a tarefa de destruição estrutural do latifúndio, expropriação sem indenização e entrega das terras à população agrária trabalhadora. Mas o governo Lula mentiu para os camponeses até mesmo quanto à via dos assentamentos. Destinou escassos recursos para o Ministério da Reforma Agrária, economia destinada ao pagamento do juros da dívida externa e do objetivo de reduzi-la pagando parte do principal. Manteve a proteção aos agro-exportadores. O MST esperava que o novo governo se colocasse por revogar a legislação pró-latifúndio e anti-ocupação, deixada por FHC. Ilusão que logo se desfez. Uma outra esperança era que o PT/Lula iria facilitar o movimento dos sem-terra e coibir os excessos repressivos dos latifundiários, que acabam em assassinatos, prisões de lideranças e invasões dos acampamentos por jagunços. Outra ilusão desfeita pela violência reacionária da burguesia. O problema que se coloca para o movimento camponês é de organizar os comitês de autodefesa, sem os quais não é possível responder aos ataques dos jagunços, milícias e da polícia. A suposta vantagem obtida pelo movimento foi a manutenção e ampliação dos convênios com o Estado, por meio de associações e cooperativas montadas pelo MST, que lhe garantiu alguns milhões de Reais. Ocorre que reforçou a dependência do MST frente ao Estado. Politicamente, levou o MST a defender o governo Lula no processo da crise, com o argumento de que se tratava de evitar um "golpe das elites". Essa defesa não foi pontual, o MST é vinculado ao PT e jogou um papel importante no movimento social para eleger Lula. Há uma dependência do MST ao reformismo petista. O seu vínculo com o governo PT/Lula o enfraqueceu no seu propósito de ampliar os assentamentos. O conjunto dessa experiência mostra que a política do proletariado para os camponeses é a que pode levar à unidade da cidade e do campo a conquistar a independência frente ao Estado e aos partidos que compõem a ditadura

de classe da burguesia contra a maioria oprimida. É fundamental a luta pelo rompimento do movimento camponês com a política do reformismo, tarefa política e ideológica para colocar o movimento dos explorados sob o programa da revolução agrária, que ocorrerá como parte da derrubada do poder burguês pela revolução proletária.

15. O controle burocrático do estalinismo e do reformismo petista sobre as organizações estudantis atrasa a luta da juventude oprimida e sua unidade com o proletariado. Nos momentos de crise é quando se evidencia o papel reacionário das correntes políticas que subordinam as organizações de massa ao Estado. O PCdoB/PT controlam o movimento estudantil universitário e secundarista, por meio da UNE e da UBES. A reforma universitária privatista de Tarso Genro foi defendida como progressista. A posição de que os estudantes deveriam apoiar a reforma universitária porque havia aspectos positivos, como as cotas e a democratização da rede particular de ensino, serviu de máscara para a política do governo Lula de apoio ao sistema privado de educação. A expansão do mercantilismo no ensino superior praticamente liquidou a rede pública. Entretanto, o PCdoB capitulou diante do ProUni, uma medida de subsídio estatal para resolver a ociosidade de vagas das empresas de educação. O mesmo ocorreu com a continuidade da reforma da educação básica. O Fundeb tem sido tomado como uma solução para o financiamento da rede pública e de expansão do nível médio. Na verdade, trata-se de reformulação do Fundef de FHC, sem atender às necessidades da educação pública. A greve de 122 dias nas universidades e escolas federais mostra o quanto o governo do PT dá seqüência ao sucateamento do ensino público. A UNE e a UBES mantiveram em completo silêncio diante da greve, mostrando seu apoio ao governo Lula. Na crise de corrupção, liderou a defesa do governo, com a paródia de uma nova Carta aos Brasileiros, também assinada pelo MST. O congresso da UNE serviu ao oficialismo. Vemos o quanto é fundamental a luta pela expulsão do estalinismo e do reformismo da direção das organizações estudantis. O que quer dizer conquistar a independência política e organizativa e estabelecer a democracia no seio do movimento estudantil. É frente a essa tarefa que rejeitamos a posição do PSTU e seus seguidores de romper com a UNE, formando a Conlute. A mesma diretriz de cisão da CUT é aplicada para a UNE. A derrocada das direções colaboracionistas e burocráticas virá da penetração da política revolucionária no interior do movimento das massas estudantis e da juventude oprimidas. Somente o método da ação direta e unidade em torno das reivindicações (vagas para todos, fim dos vestibulares, estatização sem indenização do ensino pago, real autonomia, pode estudantil) poderá conduzir à vitória. A ruptura com a UNE é sectária, favorece a continuidade do domínio estalinista/petista. Trata-se de lutar com o programa proletário desde as organizações de base. O movimento estudantil deve estar submetido à estratégia proletária da destruição da grande propriedade privada.

16. A luta do Partido Operário Revolucionário esteve, por um lado, voltada contra a conciliação de classe, contra as ilusões despertadas pela ascensão do PT ao poder do Estado e

contra o oportunismo e aventureirismo ultra-esquerdista. Por outro lado, trabalhou pelas reivindicações das massas, organização dos movimentos por meio da ação direta, pelas reivindicações democráticas e antiimperialistas e pela estratégia da revolução e ditadura proletárias. Frente à crise do governo Lula, denunciou os objetivos reacionários do PSDB/PFL, demonstrou a falência do reformismo e a corrupção como sintoma de integração do PT no Estado burguês e respondeu com a bandeira dos Tribunais Populares e de luta pelas reivindicações dos explorados. Rechaçou a política pró-imperialista e os laços do PT/Lula com os governos das potências, mais notadamente dos Estados Unidos. Levantou as bandeiras antiimperialistas contra a Alca, o envio de tropas brasileiras ao Haiti, a posição capituladora diante da invasão norte-americana do Iraque e pela ruptura com o imperialismo. A bandeira da autodeterminação dos povos e contra o intervencionismo militar e econômico das potências serviu de instrumento da luta antiimperialista. Posicionou-se contra a farsa do plebiscito do desarmamento, chamando o boicote ou o voto nulo. Combateu as reformas neoliberais – sindical, trabalhista, educacional e previdenciária – denunciando a burocracia sindical e a submissão do governo aos ditames do grande capital. Lutou contra a implantação da flexibilização do trabalho, como parte da resistência proletária ao desemprego e o arrocho salarial. Interveio no movimento da Conlutas/Conlute contra a ruptura e em defesa da frente única de oposição revolucionária. Impulsionou a luta da juventude pelo passe-livre, mostrando a necessidade de sua expressão nacional e sua ligação com as bandeiras mais gerais da juventude e dos explorados, em oposição ao corporativismo das direções (PT/PCdoB/pseudo-anarquistas), que limitam o movimento a essa única bandeira. Diante do processo revolucionário na Bolívia, atuou em sua defesa, propagandeando as posições do POR boliviano e defendendo a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

17. A conjuntura de 2006 estará marcada pelo esforço da burguesia para arrastar as massas a se submeterem à disputa eleitoral, que expressará a luta interburguesa, e se dará sobre o tema das denúncias de corrupção. As organizações de massa tendem a se colocar por trás dessa disputa e a chamar as massas a seguirem as frações dos exploradores: a CUT, UNE etc. apoiando o governo; a Força Sindical com a oposição burguesa. A presença do PSol procurará se apresentar como alternativa à disputa PT/PSDB, e reforçará as pressões eleitorais. A crise econômica tende a reforçar as tendências de ofensiva capitalista de aumento da opressão nacional e social (intervencionismo imperialista e medidas de superexploração do trabalho e corte de direitos). A política revolucionária terá como tarefa a defesa da independência de classe dos explorados diante dos exploradores, e das condições de vida e trabalho das massas. Concretamente, isso se traduz no impulso às lutas pelas reivindicações mais sentidas dos oprimidos, que se opõem à realização da linha neoliberal encarnada pelo governo do PT/Lula, combate às reformas antinacionais e antipopulares, defesa da frente única antiimperialista, e da construção do Partido Operário Revolucionário, em oposição às direções burocráticas reformistas e de direita, ao eleitoralismo e ao ultraesquerdismo.

CUT, Força Sindical e governo negociam salário mínimo de fome

Proposta miserável dos burocratas sindicais

No segundo semestre de 2005, a CUT e a Força Sindical iniciaram uma demagógica campanha pelo aumento do salário-mínimo, defendendo um valor miserável de R\$ 400,00 contra os atuais R\$ 300,00. Para João Felício da CUT, os R\$ 400,00 seria “meio caminho” para se chegar ao valor de R\$ 520,00, que corresponderia à promessa de campanha de Lula de dobrar o mínimo.

Em setembro, o Ministro do Trabalho, ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, já alardeava que o mínimo poderia ser maior que os R\$ 321,00 previstos no orçamento de 2006. Só não dizia quanto. A direitista Força Sindical e a governista CUT realizaram Marchas do Salário Mínimo à Brasília. A tática era “fazer pressão aos deputados”, além de negociar com os ministros do Planejamento, da Fazenda e do Trabalho, numa clara tentativa de conciliação que, comicamente, recebeu o nome de “comissão quadripartite do salário-mínimo” (a maior parte dos membros eram do governo).

Além do mínimo de R\$ 400,00, os burocratas das Centrais ainda reivindicavam outra migalha: a correção na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física de 13%. Trata-se de diminuir minimamente o confisco que o governo faz no salário do trabalhador para tentar disfarçar os efeitos das negociações nefastas que essas centrais realizam, que só perdas têm gerado para os trabalhadores.

A farsa das marchas à Brasília

No final de novembro de 2005, a dita “negociação do salário mínimo” resultou em algumas conversas com o governo do PT/Lula. O governo tinha pressa em aprovar um valor para fazer parte do orçamento de 2006, pois não pode entrar no ano eleitoral sem dar um aumento salarial ainda que seja um valor irrisório. As Centrais também tinham e têm pressa, pois não tinham interesse na mobilização dos trabalhadores por um piso maior.

Num momento de intensidade de crise política, o ministro da Fazenda, Paloc-

ci, para conter os ânimos, chegou a falar até em um mínimo de R\$ 390,00 (que também é uma miséria). Mas, o governo logo voltou atrás e, mantendo sua política de redução de gastos para pagar juros da dívida externa, defendeu um mínimo de R\$ 350,00 que, segundo ele, representa um aumento de 16%. Esse valor, até então, para a CUT, era baixo. João Felício chegou a afirmar: “Esse valor não será aceito pelas centrais porque já foi anunciado pelo Governo por meio da imprensa antes do início das negociações”.

As Centrais sindicais aos poucos foram cedendo. No início de janeiro já falavam em aceitar um mínimo de R\$ 360,00 (CUT) e R\$ 365,00 (Força Sindical), abrindo mão dos R\$ 400,00. Para maquiar esse acordo, diziam que bateriam o pé em outros pontos. A CUT afirmou que só aceitaria esse valor se o governo corrigisse a tabela do IR em 13% e iniciasse uma política de valorização do mínimo com aumento real de 9% todo o ano. A Força Sindical afirmou que só aceitaria com correção de 10% da tabela do IR. O governo, entretanto, já anunciava correção de 7% na tabela, justificando que isso era mais do que o prometido para 2006: considerar a inflação de 5,5% acumulada em 2005.

Em 10/01, as direções pelegas das centrais se reuniram para discutir qual seria a proposta de piso a ser levada ao governo na reunião marcada para 11/01. Decidiram que defenderiam um salário mínimo de R\$ 360,00 e correção de 10% na tabela do IR, abrindo mão da miséria anterior de R\$ 400,00 e 13% de correção. Além disso, cobriam do governo “uma política de recuperação do mínimo”. A despreocupação dos pelegos com os trabalhadores ficou evidente, onde não mantiveram nem mesmo a miserável proposta inicial. Felício da CUT disse: “Consideramos R\$ 360 um valor razoável, mas desde que esteja atrelado ao reajuste da tabela”.

Finalmente, na reunião do dia 11/01 com o governo, os burocratas sindicais aceitaram os R\$ 350,00 do governo Lula e, em troca (como se fosse grande coisa), defenderam correção de 10% na tabela do IR, antecipação do reajuste para março (normalmente é pago a partir de

maio) e reajuste do mínimo sempre em janeiro a partir de 2007, que para João Felício “significa mais dinheiro no bolso do trabalhador”. Os ministros ficaram de levar a proposta a Lula. Nova reunião foi marcada para 19/01.

O ponto de consenso dessa reunião foi o valor do mínimo: acertado em R\$ 350,00. Mas, do dia 11 até 18/01, o governo endureceu mais. Inicialmente começou a polêmica se seria possível adiantar o reajuste para março, pois alega que terá um gasto de mais de R\$ 2 bilhões (R\$ 1 bilhão em março e outro em abril). Marinho (ex-presidente da CUT tomou a defesa da proposta do governo).

O governo decretou o salário de fome de R\$350,00 e a correção da tabela do imposto de renda em 8%. Os burocratas sindicais encerraram o teatro das “negociações” e se colocaram por defender o salário mínimo do governo nos sindicatos dos trabalhadores. Está aí por que é preciso acirrar o combate contra os burocratas vendidos. A luta para varrer a burocracia dos organismos dos trabalhadores (sindicatos e centrais) é tarefa imprescindível para a independência política e organizativa dos explorados.

A farsa do aumento do mínimo

Tanto os R\$ 520,00 (promessa de campanha de Lula) como os R\$ 400,00 não atendem as necessidades dos trabalhadores, sobretudo se considerarmos que em 10 anos, só houve 51,34% de aumento real contra 74% de aumento do custo de vida (só de 1998 até meados de 2005). O reajuste real mais alto do mínimo, em 10 anos, foi de 22,60% em 1995; sendo que, em 1996 ele foi negativo, isto é, de -5,25%.

No primeiro governo de FHC (1995-1998) o aumento real do mínimo foi de 20,41% e no segundo governo (1999-2002) foi de 19,69%. Até agora, Lula concedeu 11,24% de aumento real e, se prevalecer sua proposta de um mínimo de R\$ 350, o total de seu governo será de 24,74%.

Como se vê, não é possível sobreviver com um salário mínimo nesse valor calculado a despeito de suas necessidades por burocratas sindicais que aten-

dem aos interesses do governo e dos patrões. Da mesma forma, a defesa da correção da tabela do IR também engana os trabalhadores. A defasagem total da tabela é de 55,08%, sendo de 23,88% só no governo Lula. Assim os 8% aprovados preservam o confisco dos salários.

A importância da defesa do salário mínimo vital

O POR defende que os trabalhadores tenham um salário mínimo vital, isto é, um salário que realmente permita a garantia de sua sobrevivência e de sua famí-

lia. Defende que o valor desse salário seja calculado pelas assembleias, mas não aceitando nada menor do que R\$ 2.000,00.

O processo curto e recente de negociação do salário mínimo demonstra que nem migalhas o governo e os patrões irão conceder. Não cabe também aos trabalhadores se preocuparem com as contas do governo ou dos patrões. Os trabalhadores devem se preocupar com suas condições de existência. Esta última está ameaçada pela crescente miséria, que atinge mesmo quem tem emprego.

Além disso, a defesa do salário mínimo vital permite aos trabalhadores que

lutam dentro dos sindicatos e das centrais burocratizadas desmascarar os pelegos. Deixando evidente suas intenções de rebaixarem as reivindicações e promoverem a conciliação de classes. A bandeira do salário mínimo vital impulsiona a luta de classes, constitui uma medida de transição que permite demonstrar a falência do capitalismo.

Por uma verdadeira campanha pelo aumento real do salário mínimo!

Pela defesa do salário mínimo vital!

Fora com a burocracia sindical traidora dos interesses da maioria oprimida!

Crise da PUC: Responder com a estatização

Estava claro que a crise financeira da PUC chegaria a um impasse e a Igreja exigiria medidas de choque. Durante mais de um ano, a Reitoria atrasou e parcelou o pagamento dos salários. E passou a planejar mudanças no contrato de trabalho, de forma a aumentar a jornada de trabalho, e assim reduzir os salários. Outra consequência: demissão.

A Associação de Professores fez assembleias constantes para reagir aos atrasos e aprovar uma linha de resposta, que só poderia ser a da estatização sem indenização. A mentalidade generalizada era a de que os atrasos eram incômodos, mas inevitáveis: havia de se conformar com a situação e não confrontar a Reitoria recém-eleita. Nesse mesmo sentido, grande parte dos docentes se calou diante das demissões massivas de funcionários e fechamento de unidades (gráfica etc). Pode-se dizer que houve apoio às medidas da Reitoria.

O pensamento generalizado, muito difundido pela burocracia universitária, era de que "alguma coisa deveria ser feita".

As associações de professores, funcionários e alguns centros acadêmicos realizaram uma mobilização unitária, procurando alcançar uma assembleia universitária. Mas não passou de uma manifestação minoritária, o que evidenciou à Reitoria que os professores não reagiriam, que os funcionários estavam temerosos frente às demissões e apenas uma pequena fração estudantil tomava a iniciativa de luta. O comitê unitário não pôde avançar nessas circunstâncias.

O mais importante é que a Apropuc mostrou sua fraqueza, ao não contar com o apoio e a ação dos professores para a campanha de luta contra a destruição do contrato de trabalho e as demissões que estavam previstas. A camada docente mais vulnerável e que deveria tomar a frente da luta se subordinou às pressões da camada docente que compõe a burocracia universitária para não atender ao chamado da

Apropuc. A elite de mentalidade privada fez prevalecer suas opiniões de que "alguma coisa teria de ser feita", ou seja, mudanças no contrato, demissões e cortes administrativos. É a forma de manter a PUC como propriedade da Igreja e como parte da rede de ensino privado.

A defesa do ensino público e a estatização da PUC foi sempre rechaçada pela burocracia de forma a influenciar uma parcela sensível ao problema da mercantilização. O apego da maioria ao ensino privado, fruto da condição material do emprego e da mentalidade mercantil, serviu de base de apoio ao plano da Reitoria/Fundação São Paulo, de demitir funcionários e professores.

Depois dos funcionários terem sido golpeados, sem conseguirem responder com a greve, embora a Afapuc tivesse trabalhado para isso, foi a vez dos docentes. A Reitoria combinou aumento de jornada (redução relativa dos salários) com demissões.

Em assembleias da Apropuc, foi aprovada a bandeira de nenhuma demissão e não à destruição do contrato de trabalho, mas com pequena presença de professores, refletindo o imobilismo frente aos próximos passos a serem dados. É nessa circunstância que em plenas férias começaram as demissões.

Os ameaçados e os demitidos se socorreram da Apropuc com a esperança de que a proposta aventada por alguns setores de ceder perda salarial e garantir os empregos seria a solução. Nesse quadro, a assembleia aprovou tal linha de contra-proposta. Embora a diretoria da Apropuc avaliasse que a Reitoria iria demitir de qualquer forma e avaliasse os riscos de se confundir com as imposições de flexibilização, não teve outro caminho senão acatar a vontade daqueles que estavam na lista de demissão e dos que poderiam ser demitidos. Do imobilismo se passou ao desespero.

Tratava-se de demonstrar aos professores que a decisão da Reitoria de atingir o contrato (65/78) e demitir constituía a linha de sua ação. E isso não simplesmente por vontade própria, mas por decisão da Igreja. De fato, foi assim que ocorreu. O cardeal Dom Cláudio Hummes enviou uma carta à Reitoria exigindo demissões imediatas e nenhum acordo com as Associações.

Delineou-se um curso de rigorosa mercantilização da PUC, que pressupõe arrancar conquistas trabalhistas, começando pelo contrato de trabalho. A Reitoria se pronunciou claramente: "não podemos garantir estabilidade no emprego, como quer a Apropuc". Está aí por que não era de seu interesse um acordo contra as demissões, de manutenção do contrato e de estabilidade.

Os funcionários foram duramente golpeados (mais de 300 demissões), os professores ainda não sentiram o peso dos golpes, porque estão ainda por vir. O ano que entra é decisivo. A experiência vivida deve servir de guia: a troca de salário por emprego foi rejeitada pelo patrão (Igreja) porque se tem um objetivo mercantilista amplo. E não convém aos trabalhadores da PUC ceder conquistas trabalhistas. O caminho é o de tomar o problema da crise da universidade em suas mãos em torno da luta pelo ensino público e gratuito.

O fato de não haver um movimento nacional pela estatização sem indenização do sistema privado de ensino dificulta enormemente. Há que romper a mentalidade conservadora e reacionária que não é possível lutar isoladamente pelo fim da escola particular. A crise da PUC é concreta é já começou a afetar os trabalhadores. A luta deve começar por aí para se estender. Se professores, funcionários e estudantes se opuserem aos planos mercantilistas de solução da crise da PUC com a bandeira da estatização poderão defender firmemente a não destruição de conquistas trabalhistas e se contrapor às demissões.

Paraná: A revolta contra a tarifa

Desde o dia 9 de janeiro, jovens organizados pelo *Comitê pelo Passe-livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo* de Londrina, protestam contra o aumento das passagens que passou de R\$ 1,90 para R\$ 2,00.

Após o aumento da tarifa em 8 de janeiro, manifestações foram realizadas durante uma semana frente ao terminal de ônibus, onde a cada dia mais pessoas se somavam aos protestos. A grande massa dos usuários descontentes, entretanto, ainda não se incorporou à revolta, porque a companhia de trânsito e a polícia militar conseguiram isolá-los dos manifestantes, desviando o trajeto dos ônibus para impedir o contato direto e evitar que a adesão aumente.

No dia 13 de janeiro, um Juiz da cidade concedeu liminar às empresas de ônibus proibindo que os manifestantes fechem o terminal, sob pena de pesadas multas contra integrantes do movimento. Dias antes, a iniciativa de proibir manifestações havia sido defendida pelo presidente da CMTU (prefeitura), o mesmo que em 5 de janeiro justificara na imprensa o aumento com o "... temor pela saúde financeira das empresas que exploram o serviço" (JL 6/01/06).

Esta iniciativa só não prosperou porque o assessor jurídico da prefeitura alertou o prefeito quanto ao desgaste político que a prefeitura do PT teria com a ação repressiva, e sugeriu que as empresas concessionárias entrassem com o pedido de restringir a liberdade de manifestação. Mostraram a mesma covardia que os levou a decretar o aumento no momento de férias escolares, com a esperança de que os estudantes não se manifestassem.

Tarifa, opressão social e revolta popular.

Os protestos de Londrina não são um fato isolado. Em quase todas as grandes cidades se desenvolvem revoltas contra as tarifas abusivas. Para a grande massa de trabalhadores que vivem do salário mínimo é cada vez mais insuportável conviver com os sistemáticos incrementos das tarifas do transporte, decretados por prefeitos mancomunados com os donos dos ônibus.

Para os trabalhadores, o alto custo do transporte coletivo é uma manifestação da opressão social a que são submetidos cotidianamente, pois enquanto tem que pagar caras tarifas para andar apinhados em ônibus superlotados, verificam o aumento da riqueza de uma minoria de empresários e políticos parasitas.

Esta revolta, contudo, não tem sido encabeçada pelos organismos tradicionais dos trabalhadores: os sindicatos. Isto se deve à burocratização e estatização das organizações sindicais que se tornaram correia de transmissão dos interesses da burguesia e seu Estado. O exemplo mais contundente desta colaboração com os patrões é o do sindicato dos motoristas e cobradores de Londrina que aceitaram um acordo que condiciona toda reposição a um incremento das tarifas. Agora, no começo do ano e antes dos protestos, este sindicato propôs antecipar a data base da categoria de modo a não coincidir com o período letivo, confessando explicitamente, que estão ao lado dos patrões contra os usuários do transporte.

Porém, tanto ou mais colaboracionistas são os sindicatos da CUT e da Força Sindical que não mexem um dedo por se tratar de uma administração petista, assim como apodrecidas são as associações de bairro cooptadas pela prefeitura e pelas empresas de ônibus.

É esta circunstância que explica o fato de que em muitas cidades esta revolta se manifesta através do movimento pelo passe-livre (MPL). Estes são formalmente autônomos de partidos e sindicatos, mas, são infectados pelo reformismo pequeno-burguês.

Em alguns momentos estes grupos se colocam a favor das mobilizações de massas e são arrastados a enfrentamentos com o Estado e seu arsenal repressivo. Contudo, o núcleo de sua política consiste na busca de uma "concepção alternativa de transporte coletivo", o que significa defender a ilusão de que uma lei municipal, estadual ou federal irá se contrapor aos interesses capitalistas no transporte. É um entrave que os movimentos precisam superar construindo um programa que incorpore a bandeira da Estatização.

Estatização

Esta é precisamente uma bandeira presente no movimento de Londrina. As três reivindicações do Comitê são: passe-livre para estudantes,

redução da tarifa para R\$ 1,35 e estatização do transporte coletivo. A defesa da estatização tem a finalidade de elevar a luta pelo passe livre e pela redução da tarifa ao plano político, propiciando a compreensão de que a conquista daquelas reivindicações, passa pela liquidação da exploração particular do transporte público.

Se, do ponto de vista prático, a estatização é condição para efetivação do passe livre e redução ou até gratuidade das tarifas (por que só assim o serviço poderá ser de fato *público*), do ponto de vista político permite às massas identificar o seu inimigo de classe: a burguesia (os donos dos ônibus) e o Estado dessa mesma burguesia (prefeitos, vereadores e juizes).

Precisamente por isso os reformistas do MPL se opõem à bandeira da estatização, pois a defesa desta, romperia com possíveis entendimentos em torno às "concepções alternativas no transporte coletivo", veledade pequeno-burguesa que só serve para esconder a impotência dessa classe.

Por isso também o presidente da CMTU – Londrina tenta desqualificar a bandeira da estatização dizendo que o movimento não lhe apresenta "alternativas viáveis" para reduzir a tarifa. Tenta esconder que se o serviço de ônibus continua caro e precário, não é por ausência de alternativas, mas porque a Prefeitura protege os donos das empresas e cuida para que elas continuem enchendo os bolsos com o suado dinheiro do povo.

Criminalização dos movimentos sociais

A liminar proibindo o fechamento do terminal urbano não tem a finalidade de proteger o espaço público, mas, o de intimidar o movimento, coibir as manifestações e tratar os protestos como crimes. Restringe a liberdade de expressão e "castiga" membros do movimento com ameaça de pesadas multas.

Trata-se de uma tendência geral do Estado em face da decomposição das relações capitalistas que há muito deixaram de significar qualquer progresso para a humanidade e são hoje uma ameaça para a imensa maioria de pobres e miseráveis. Estão à vista o exemplo do sapaiteiro gaúcho que foi assassinado pela polícia militar numa manifestação pacífica. Estão as inúmeras prisões políticas dos trabalhadores vinculados ao MST e aos trabalhadores sem teto. Está a decretação de ilegalidade de toda e qualquer greve. Sem falar da violência policial cotidiana contra os jovens das periferias em todo o país. É a própria "democracia burguesa" que trata os movimentos sociais com os métodos ditatoriais cada dia mais totalitários.

O movimento de protestos contra o aumento, não pode por isso esperar que a justiça burguesa considere as manifestações como exercício legítimo de direitos. No atual estágio de acirramento da crise capitalista, o único direito que a justiça burguesa vai defender é o da propriedade privada. E para eles, toda expressão da revolta contra a opressão (da propriedade privada, ou seja, dos proprietários privados dos meios de produção) é considerada um crime e deve ser reprimida exemplarmente.

"Se a tarifa não abaixar a cidade vai parar!"

Este é o grito que ecoa nas ruas de Londrina depois que começaram os protestos. A possibilidade de concretizar-se esta ameaça faz tremer o Prefeito, os donos dos ônibus, o judiciário e o legislativo. Mas, este é o único caminho que os trabalhadores e a juventude têm para impor a redução da tarifa.

As manifestações de rua, assim como as greves, ocupações e piquetes, são as formas de ação direta que os oprimidos sempre utilizaram para enfrentar coletiva e organizadamente seus algozes. São formas em que se manifesta a força da maioria e mostra que os poderosos só continuam dominando, porque monopolizam as armas os outros recursos repressivos. A força das massas está na sua organização e na consciência dos seus objetivos, no seu programa.

Até agora, a polícia e a Prefeitura conseguiram afastar os usuários do transporte coletivo das manifestações. Os sindicatos e associações de bairro ajudaram a Prefeitura e às empresas a manter o movimento como um protesto de estudantes. A continuidade do movimento deve se basear na organização da revolta dos trabalhadores e da juventude que ainda não participam. Por isso deve se ajudar estes setores a romper com suas direções traidoras e se organizarem no Comitê pela redução da tarifa.

Oriente Médio

Acirramento da resistência iraquiana

Nas últimas semanas presenciamos o acirramento dos embates entre as tropas imperialistas e a resistência do povo iraquiano. Observamos a retomada dos seqüestros aos estrangeiros e os inúmeros ataques com carros-bomba contra os soldados do governo fantoche e das forças invasoras. O aumento desses confrontos é motivado pelo julgamento do Saddam Hussein e pela eleição marcada pelas forças do imperialismo para o dia 15 de dezembro, que irá eleger o governo permanente do Iraque.

Um dado relevante é que as forças contrárias ao imperialismo vêm se fortalecendo a cada dia que passa, enquanto o exército iraquiano, treinado pelos soldados norte-americanos, não consegue grande progresso. Apesar do número de soldados iraquianos ser de 212 mil, há neste momento pouco mais de 30 mil soldados iraquianos prontos para combater essa resistência. Ou seja, o imperialismo não conseguiu, após 30 meses de invasão, preparar um exército que possa manter a ordem imperialista. Acrescenta-se a isso o fato de, no interior dos Estados Unidos, Bush está com um índice de aceitação de apenas 37%, por conta da morte de 2.061 soldados norte-americanos e de milhares de feridos.

Por outro lado, as ações promovidas pelos grupos de resistência ao imperialismo, apesar de contundentes, não são suficientes para a expulsão dos invasores do Iraque, pois não se sustentam em ações de massa, mas em atos terroristas isolados. A divisão entre xiitas e sunitas enfraquece as forças da resistência. Para tanto, torna-se necessário à construção de um partido revolucionário, com um programa que vise à tomada do poder pelo proletariado e a expulsão do imperialismo do Iraque.

Tanto isso é verdadeiro, que a "Força Multinacional" pretende se manter no Iraque por mais tempo. Os governos do Japão, da Polônia e da Itália já anunciaram sua pretensão de ficar até o próximo ano e Bush declarou que os Estados Unidos "ficará no Iraque o quanto for necessário".

Isso só se explica pelos interesses que estão em jogo. O fortalecimento do exército iraquiano, que ainda está muito longe de acontecer e a eleição para o governo permanente são essenciais para a consolidação dos interesses do imperialismo. As forças estrangeiras pretendem ampliar seu saque às riquezas do Iraque e fortalecer o modelo capitalista de mercado para que possam se beneficiar vendendo suas mercadorias e instalar suas empresas. Além, é claro, de quererem o controle sobre as fontes de petróleo, necessárias à manutenção da produção industrial de seus países. Daí a necessidade de um governo subserviente, para abrir as portas aos anseios do capital estrangeiro.

Por isso, ainda, que as forças imperialistas têm gerado uma situação de pura e constante barbárie contra o povo iraquiano. Usam deliberadamente armar químicas (bomba de fósforo branco), o expediente da tortura, dos assassinatos e das prisões. Até março de 2005, morreram 108 prisioneiros sob custódia dos militares norte-americanos ou da CIA. Recentemente foram encontrados 150 iraquianos presos em um prédio do Ministério do Interior, subnutridos e golpeados pela tortura. Durante todo o período de ocupação, 30 mil civis foram mortos na guerra.

As forças imperialistas ainda aprofundam as rivalidades entre os grupos étnicos (sunitas, xiitas e curdos). Para se fortalecerem, os invasores "concedem" um falso poder aos xiitas (60% da população) e curdos, que eram oprimidos pelo governo ditador de Saddam. Assim, visam enfraquecer os sunitas, que apoiavam esse governo. O problema desses grupos, isto é, o problema das nacionalidades, não poderá ser resolvido pelo imperialismo presente no Iraque e nem por um governo ditador, como de Saddam Hussein. Os Estados Unidos procuram fortalecer os xiitas e os curdos, por meio de uma Constituição imposta, porque prefere que o controle sobre os poços de petróleo (das regiões norte e sul) esteja nas mãos desses grupos e, obviamente, não nas mãos dos sunitas, partidários de Saddam. As massas iraquianas padecem, de conjunto, com a guerra e a exploração da classe dominante.

Coloca-se a necessidade de luta pela autodeterminação para o povo iraquiano. As rivalidades entre sunitas, xiitas e curdos são fortalecidas pela sociedade de classes, sobretudo, diante da presença do imperialismo que se utiliza desses conflitos. A democracia burguesa tutelada só servirá aos interesses da burguesia saqueadora no Iraque. Para superar essa situação, no entanto, é preciso a constituição de um partido revolucionário, que una todos esses grupos em torno da bandeira da revolução social, que varrerá o imperialismo desta nação.

Eleições Permanentes no Iraque

No dia 15 de dezembro de 2005 ocorreram eleições permanentes para o Parlamento iraquiano. De um total de 15,5 milhões de eleitores, 10 milhões foram às urnas votar. Isso expressa quanto os trabalhadores iraquianos estão iludidos com a possibilidade de alterar suas condições de vida através da democracia burguesa, imposta pelo imperialismo e respaldada por seus aliados iraquianos.

O movimento operário internacional deve apoiar a luta anti-imperialista no Iraque pela expulsão dos Estados Unidos e de seus aliados, bem como varrer do poder a oligarquia feudal que serve aos interesses dos capital multinacional.

Partidos Políticos

Nestas eleições 7,655 candidatos concorrem às 275 cadeiras do parlamento, que é disputada por 307 partidos (entidades políticas), organizados em 19 coalizões. Destas 19 coalizões, as principais são:

- **Aliança Iraquiana Unida** (xiita), representado pelo atual Primeiro-Ministro Al-Jaafari;
- **Lista de Coalizão do Curdistão** (curdos), representado pelo atual presidente Jalal Talabani;
- **Frente de Acordo Iraquiano** (sunita);
- **Lista Nacional Iraquiana** (xiitas e sunitas), representado pelo ex-Primeiro-Ministro Ayaiad Allawi;
- **Coalizão do Congresso Nacional**, representado pelo ex-aliado dos Estados Unidos, Ahamed Chalabi.

As declarações do presidente George Bush, presidente dos Estados Unidos, demonstram otimismo, pois disse que “foi um evento feliz” e “o comparecimento foi alto, e a violência, pouca” (F.S.Paulo, 16/12/2005). O Primeiro-Ministro do Iraque também endossa, no mesmo jornal, esse otimismo dizendo que “A Constituição permanente do país, oferece a base para uma política construtiva e que a luta contra a insurgência estava sendo ganha”.

Essa é a imagem que o imperialismo norte-americano e seus aliados iraquianos querem passar, de tranqüilidade e mudança. No entanto, essas eleições servem apenas para pacificar os trabalhadores iraquianos para que os negócios do imperialismo sejam preservados e ampliados, além, é claro, da possibilidade de ganhos para os grupos aliados das sobras deixados por este. Porém, o que fica claro nesta eleição é que o imperialismo encontra solo fértil no Iraque para impor seu modelo de democracia, assim como encontra aliados que

engrossam o coro da exploração dos trabalhadores.

Resistência Iraquiana às eleições

Neste contexto de otimismo exagerado, a resistência iraquiana expressou seu descontentamento através de ataques a algumas regiões, como em Mosul, Tikrit, Ramadi e até mesmo na Zona Verde, cujo local é considerado de alta segurança, pois é onde se encontram os prédios do governo. No entanto, a resistência dos iraquianos à imposição do modelo ocidental de democracia, que elimina direitos fundamentais, que assassina milhares de iraquianos, que destrói cidades inteiras, deve vir aliada à construção de um Partido Revolucionário, que devolva aos iraquianos o que é seu. As ações isoladas, longe do apoio das massas tendem a dividir ainda mais os lutadores. A atitude da resistência iraquiana deve caminhar pela bandeira da revolução social, com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Só assim, os trabalhadores iraquianos conquistarão sua liberdade.

O suicídio brasileiro no “comando” na invasão do Haiti

A morte do general brasileiro Urano Bacellar chamou a atenção para a situação das tropas brasileiras no Haiti e o significado da intervenção militar.

A opressão nacional do Haiti e a morte dos resistentes

A violência da atuação das tropas da ONU no Haiti, sem dúvida, atinge os 1.200 soldados brasileiros e dos demais países. Nos meses de julho e agosto, 9 brasileiros foram feridos e enfrentaram, entre junho e dezembro, 111 confrontos com rebeldes. Esses soldados, no entanto, conscientes ou não de sua ação, são cães de guarda da propriedade privada. No Haiti, são cães de guarda dos interesses privados das potências imperialistas.

Em meados de dezembro, a mídia burguesa alardeou que as tropas brasileiras conseguiram o feito de “pacificar” a favela de Bel Air, uma das maiores que existem em Porto Príncipe e que é um reduto dos *chimères*. Esses são membros da milícia armada, organizada por defensores do presidente deposto Jean Bertrand Aristide, o qual, no passado, foi colocado no poder pelos próprios Estados Unidos. Os conflitos que ocorreram em Bel Air (só em julho e agosto) mataram 40 haitianos “rebeldes” dessa favela.

A resistência dos haitianos de Bel Air, até dezembro de 2004, era forte. Utilizando-se do método da ação direta, isto é, com suas barricadas feitas com lixo e carros incendiados, valas antitanque e confrontos armados, eles impediam as tropas invasoras de entrarem na região central da capital onde a favela está instalada. Finalmente, a resistência haitiana estava se estendendo a área rural, onde iniciava-se a formação de uma guerrilha.

Sob o denominado comando brasileiro, o Batalhão Haiti massacrou a resistência. Montou duas bases militares fixas e cinco circulantes em Bel Air. Eliminou as barricadas com 900 viagens de caminhão. Fez circular os chamados *tap-taps*, um

transporte coletivo (versão haitiana do pau-de-arara brasileiro) que carrega os descontentes para fora de sua região. Os *chimères* sobreviventes foram empurrados para a periferia da capital, instalando-se na favela Cité Soleil.

O comando promoveu o aumento dos confrontos armados, no último semestre de 2005. No início da missão (em 2004), prevalecia a hipocrisia de uma atuação “pacífica” das tropas invasoras, as quais só estavam autorizadas a atirarem se fossem alvo de “rebeldes”. A partir de meados de 2005, a ordem da ONU é atirar em qualquer um que os soldados considerem suspeitos.

A farsa do comando brasileiro como forma de proteção dos haitianos

Cada vez mais fica claro que a atuação do Brasil no Haiti é um crime contra os trabalhadores e demais explorados e oprimidos desse país. E é um crime cometido por conta da subserviência do governo que reforça a condição semicolonial do país. Os reformistas defensores do governo Lula têm dito que o Brasil estando à frente das Forças de “Paz” permite que se controle a violência contra o povo haitiano que as potências costumam utilizar com outros povos. Mentira!. A realidade mostra que, o Brasil não comanda nada. O que faz é realizar como um cordeirinho o serviço sujo do imperialismo.

O POR chama os trabalhadores e todas as correntes a constituir uma frente única anti-imperialista pelas bandeiras de:

- FORA AS TROPAS DA ONU DO HAITI!
- NENHUMA COLABORAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO À INVASÃO DO HAITI. RETIRADA IMEDIATA DAS TROPAS BRASILEIRAS DO HAITI!
- PELA AUTODETERMINAÇÃO DO POVO HAITIANO!

Nesta edição:

- Bolívia: artigos do Masas boliviano sobre a eleição de Evo Morales



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Governo de Evo encarna os interesses burgueses

Temos assistido a uma farsa eleitoral e não uma revolução social. A prova: permanece intocada a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção, que se traduz, na Bolívia, colônia ianque, em miséria extrema e desemprego massivo.

Não se pode falar de socialismo, de revolução, de transformação radical do país, enquanto a propriedade social não seja o eixo de sua base econômica estrutural, que será resultado da revolução e ditadura proletárias, que já aparecem no horizonte.

Evo (MAS) representa a pequena propriedade privada, e isso determina sua conduta, seu objetivo final: conservá-la e, se possível, fazê-la crescer. Sua finalidade maior, seu sonho, é unir-se, associar-se, com a grande propriedade, com a burguesia, com o imperialismo.

É por isso que o MAS e seus caudilhos são reacionários, serviços dos exploradores e opressores, dos escravizadores das massas e do país.

Os dirigentes máximos do MAS têm difundido em alta voz que essa organização se opõe à luta de classe contra classe (dos oprimidos contra os opressores, dos famintos contra os milionários; das nacionalidades nativas escravizadas contra os es-

cravizadores). Assim o MAS tem proclamado que é laçao dos escravizadores e sanguessugas.

Evo, burocrata camponês, desconhece o que é a classe operária revolucionária, que esmagará o capitalismo, os burgueses vende-pátrias (pró-imperialistas) e esfomeadores.

O capitalismo se desintegra em sua crise econômica mundial, o que implica que é chegada a hora da revolução social em escala internacional.

Os laçaios dos poderosos, como o MAS, Evo, etc., traidores desta revolução, se esgotarão e desaparecerão diante do avanço das massas comunistas.

Qual é a verdadeira revolução social? Consiste no esmagamento da grande propriedade privada burguesa, para que a base econômica estrutural da nova sociedade seja a propriedade social dos meios de produção.

A protagonista da revolução social será a nação oprimida pelo imperialismo (as massas de explorados e oprimidos), dirigida politicamente pelo proletariado.

Os caudilhos demagogos do MAS, pró-burgueses e pró-imperialista, não terão lugar.

(extraído do Masas boliviano n. 1977, de 06/01/06)

Futuro sinistro do governo masista

Evo e sua quadrilha governante vêm do ventre eleitoral burguês, alicerçado na grande propriedade privada burguesa, a qual já prometem defender incondicionalmente. O MAS e seus líderes têm jurado defender a Constituição vigente, quer dizer, defender os interesses dos poderosos opressores do povo.

Capitalistas andinos

Já nas vésperas das últimas eleições, a alta direção do MAS proclamou que sua missão é a de impor um "capitalismo andino".

A essência do capitalismo, independentemente do adjetivo que se lhe atribui (mundial, europeu, andino ou asiático), reside em sua base econômica estrutural, ou seja, na grande propriedade privada burguesa dos meios de produção. Disso conclui-se que a maior parte da população não é proprietária dos meios de produção, concentrados nas mãos dos capitalistas

poderosos, ela é explorada e oprimida pela minoria de grandes empresários.

Os capitalistas, entre eles os senhores do MAS, são sedentos de riquezas sempre maiores, o que supõe maior exploração.

O que dizemos se confirma quando o novo presidente começa discutindo seu programa de governo com os empresários mais poderosos, dando-lhes garantias para que sigam acumulando riquezas, retirando vantagens dos oferecimentos do governo boliviano.

O ordenamento jurídico continuará como garantia para o desenvolvimento do capitalismo que implica opressão, exploração e até escravidão para a maioria da população.

Demagogia do M. A. S.

Buscando calar a boca de seus críticos, Evo tem anunciado que diminuirá seu salário em 50%. Se levarmos em conta que, antes de começar o exercício da presidência, o iluminado dos

milionários e poderosos já tinha a bolsa cheia de dinheiro, podia ter cedido todo seu salário e uma montanha de dólares para os pobres.

O proletariado, os camponeses, a maioria da classe média estão lutando por uma sociedade sem opressores nem exploradores. Nessa sociedade sem demagogos, nem traidores, os governantes ganharão o equivalente ao salário médio vigente.

No comunismo não haverá patrões gorduchos, ninguém acumulará fortunas. Os cidadãos produzirão conforme a sua capacidade e receberão da sociedade o necessário para suprir suas necessidades familiares. ESTAMOS LUTANDO PARA QUE DESAPAREÇAM AS GRANDES FORTUNAS E NÃO EXISTAM EXPLORADOS NEM OPRIMIDOS.

Contundente triunfo do M.A.S.

E agora?

O triunfo eleitoral do M. A. S., que superou muito os prognósticos das pesquisas, tem sido contundente a ponto de deixar sem margem de manobra as frentes eleitorais PODEMOS e UN.

A votação no caudilho cocalero indígena Evo — não precisamente pelo M.A.S. que perdeu as prefeituras (governos) nos departamentos como La Paz e Cochabamba, onde mais votos obteve Evo — é, sem dúvida, uma manifestação elementar do descontentamento popular com a ordem social burguesa vigente e uma manifestação primitiva de reivindicação nacional ante a opressão imperialista.

Ilusão que o M.A.S. se encarrega de desmentir de imediato quando, em meio a euforia do triunfo, Evo e, com mais precisão, o ex-guerrilheiro arrependido Garcia Linera, assinalam que “governarão para todos, sem exclusões” em uma mensagem basicamente direcionada a tranquilizar os temores dos setores burgueses mais reacionários e aplacar o evidente desgosto do imperialismo.

Asseguram seu respeito à propriedade privada de todos, inclusive à grande propriedade burguesa, à ordem social estabelecida, a democracia burguesa, segurança aos investimentos, assinalam que não tomarão nenhuma medida que ponha em risco a estabilidade macroeconômica que se assenta sobre a miséria das maiorias, pedem tranquilidade e paciência às massas. Enfim, o mesmo discurso capitulador frente à burguesia e o imperialismo que desenvolveram durante a campanha.

O que é para os oprimidos e explorados a “nacionalização de hidrocarbonetos”?

1)Destruição das multinacionais, da grande propriedade privada burguesa.

2)Que as reservas passem para as mãos deles (ditadura do proletariado).

3)Que se beneficie todo o povo e impere a propriedade social, sem ricos nem pobres.

Que fará o governo masista?

Garantirá a presença no país das transnacionais, bandos de contrabandistas, delinquentes, que zombam das leis. Tudo em troca de um suposto aumento microscópico de impostos.

Evo declara ser serviçal dos burgueses poderosos e também do imperialismo, a quem oferece sua cooperação para oprimir conjuntamente o povo.

EVO TEM TRAÍDO OS CAMPONESES, OS OPERÁRIOS, A BOLÍVIA, AO TER SE ENTREGADO AOS BURGUESES CAPITALISTAS, AO IMPERIALISMO, SUA PROMESSA É CRIAR O “CAPITALISMO ANDINO”, QUE AGRAVARÁ A MISÉRIA EXTREMA, O DESEMPREGO EM MASSA, O SAQUE DA TERRA DOS CAMPONESES. A BOLÍVIA SERÁ CONVERTIDA EM INFERNO.

VIVA A REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS (Governo operário-camponês)!

(extraído do Masas boliviano n. 1977, de 06/01/06)

Isso de governar para todos sem exclusões é uma declaração de submissão à burguesia e seu amo, o imperialismo. É a história mil vezes repetida de todos os reformistas que se ajoelham diante dos exploradores traindo as ilusões dos explorados.

O governo de Evo está condenado a bater de frente com a luta dos explorados, que toda vez que ganham as ruas se chocam com a grande propriedade privada burguesa nacional e imperialista e se encaminham instintivamente a destruí-la.

A farsa eleitoral e a Constituinte com que agora tentaram frear a impaciência popular, são uma fraude para as maiorias, só servem para tratar de manter em pé a ordem burguesa ameaçada pelo embate dos explorados.

A luta entre explorados e exploradores se agudizará e pulverizará o governo reformista de Evo. As massas marcham rumo a revolução social atacando mediante a ação direta a burguesia nativa dona da terra e da precária indústria nacional.

Corresponde organizar a luta dos explorados para que se transforme em luta política consciente recuperando a tradição revolucionária do proletariado boliviano que assinala que o objetivo da luta é instaurar o governo de operários e camponeses, impor a propriedade social dos meios de produção para libertar o país da opressão imperialista e projetar a revolução no plano internacional para superar o atraso sob relações de produção socialistas.

(extraído do Masas boliviano n. 1977, de 06/01/06)

Sob a garantia do governo traidor do MAS, as transnacionais roubarão todo o petróleo e deixarão os poços secos e os bolivianos famintos agonizando.

RESPOSTA OBRIGATÓRIA: CONSUMAR A REVOLUÇÃO SOCIAL PARA IMPOR A DITADURA DO PROLETARIADO (Governo OPERÁRIO-CAMPONÊS), A PROPRIEDADE SOCIAL. Os trabalhadores (com ajuda do controle operário coletivo) extrairão os hidrocarbonetos, que beneficiarão todo o país.

(extraído do Masas boliviano n. 1977, de 06/01/06)

O “capitalismo andino” não se diferencia do burguês, a não ser na vestimenta e no mau cheiro dos governantes de plantão

O MAS, organizado por uma quadrilha de burocratas corruptos que se fundamenta na pequena propriedade privada, se irmanou com os grandes proprietários do país e do exterior; como todos esses se empenham em garantir os contratos “legais” com as multinacionais. Evo chegou ao extremo de se abraçar com o personificador do governo ianque, como sinal de que não se farão agressões.

Alguns dos pontos de apoio e de assessoramento de Evo são os presidentes que se reivindicam do “socialismo” cor de rosa, que respeita a grande propriedade privada e a coexistência com o imperialismo. Quase todos eles vêm do reformismo socialdemocrata, são parlamentaristas, legalistas obstinados, repudiam as revoluções e buscam interminavelmente se impor com a ajuda do voto.

A “nacionalização”, pregada por Evo até o cansaço, se converteu em uma imbecilidade. Parece que cacarejou sobre esse termo porque o petróleo está em território boliviano. Evo ga-

rantirá que seja apropriado e negociado até com negociatas pelas multinacionais, pelo imperialismo. A estupidez vai acompanhada pela traição.

O governo masista continuará sendo vende-pátria e esfomeador

O governo masista, legalista por confissão própria, aplicará e não repudiará as leis burguesas.

Por isso mesmo não devolverá a terra aos camponeses, não emancipará a Bolívia da opressão imperialista nem das multinacionais.

Claro que o povo, os camponeses pobres, se levantarão em armas para sepultar o governo burguês do MAS.

Resposta: Revolução, derrubada da grande propriedade privada, impor a propriedade social.

(extraído do Masas boliviano n. 1978, de 13/01/06)

As massas, em sua marcha rumo à nova sociedade e partindo da demagogia masista, se verão obrigadas a sepultar Evo e seus cupinchas

Acertadamente “O Isurgente” porista de Santa Cruz assina-la, em seu “balanço das eleições”: “ganhou porque muitos acreditam que é de esquerda e porque a direita tradicional alimentou nas massas essa crença.”

Há que acrescentar que o MAS e seu líder ofereceram às organizações populares o céu e a terra e assinaram documentos de entrega de ministérios e altos cargos públicos e estatais em troca do voto de seus afiliados.

O MAS não é partido político

Não tem programa e seus objetivos não são outros que o arriamento e o enriquecimento de seus aderentes.

Diz ser partido camponês, mas a maioria de seus componentes está formada por elementos carreiristas e ambiciosos da classe média. Como não é organização com ideologia não se pode classificá-lo como camponês. É uma quadrilha oscilante que se desloca de um ponto a outro, guiada pela possibilidade de obter vantagens materiais.

Pela ausência de idéias se parece com algo (exitismo eleitoral) que foi em seu tempo o CONDEPA.

Dentro do espectro oportunista se parece em muitos aspectos com as organizações que aparecem e desaparecem buscan-

do êxitos ocasionais.

O caudilho resume tudo o que são essas organizações ocasionais, que certamente não deixam nada permanente depois de sua desapareção.

As massas começam a se rebelar

Recém instalado como governo, Evo seguramente já percebe que não poucas organizações enganadas pelo presidente com suas promessas pré-eleitorais vão se tornando suas críticas e opositoras. Esse é um sintoma revelador.

O governo de Evo, francamente burguês, não poderá menos que chocar com as maiorias camponesas e populares.

Os oprimidos do campo buscam acabar com sua miséria extrema e o serviçal dos poderosos, dos milionários, das transnacionais, não poderá cumprir essa tarefa histórica.

Que são Evo e o MAS?

Todos viram que andam encolhidos diante dos milionários, das multinacionais. Oferecem seus serviços aos governos poderosos e opressores.

(extraído do Masas boliviano n. 1978, de 13/01/06)

Aquele que se une com os Estados Unidos, sob o pretexto de combater o narcotráfico, é traidor dos interesses do campesinato

Devemos reiterar que o objetivo central da luta dos cocaleiros e dos explorados e oprimidos do campo tem sido e continua sendo *o livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca (inclusive sua transformação em cocaína)*.

O fundamento dessa reivindicação histórica tem sua raiz em que a cocaína é menos danina para o ser humano que o tabaco e o álcool.

Há que acrescentar que os camponeses cultivam a coca, cujas virtudes não estão em discussão, nenhuma autoridade pode

regulamentar o volume de sua produção.

Nenhum dos militantes do MAS, nem os camponeses que votaram nesse agrupamento, suspeitam que seu líder pudesse entrar em acordos e planificar a repressão ao narcotráfico, que sempre implica limitar a produção da folha de coca, isto é, impedir as possibilidades de ganhos aceitáveis para os camponeses.

Outra questão mais grave: as boas relações entre os governos do imperialismo norte-americano, que tem-se se converti-

do no amo explorador de grande parte do mundo, e da Bolívia, já converteu em sua colônia.

Nossa tarefa fundamental consiste em lutar contra os Estados Unidos para que nosso país recupere sua soberania e deixe de ser a fazenda dos gringos.

Na Venezuela tem-se dito que Evo se rebelou com o imperialismo. Isso é falso porque o MAS tem tido uma fala amigável com o embaixador norte-americano para poder combater com êxito o narcotráfico, que se materializa na redução dos cocaís, isto pela diminuição do mercado cocaleiro. Isso supõe que o opressor se

As massas, em sua marcha para uma sociedade nova e partindo da demagogia masista, estarão obrigadas a sepultar Evo e seus apadrinhados

Acertadamente "o insurgente" porista de Santa Cruz afirma, em seu "balanço das eleições": "Ganhou Evo porque muitos acreditaram que é de esquerda e porque a direita tradicional alimentou nas massas essa crença".

Há que acrescentar que o MAS e seu líder ofereceram às organizações populares o céu e a terra e firmaram documentos de entrega de ministérios e altos cargos públicos e estatais em troca do voto de seus filiados.

O MAS não é partido político

Não tem programa e seus objetivos não são outros do que o arrivismo e o enriquecimento de seus apoiadores.

Diz-se ser partido camponês, mas a maioria de seus componentes está conformada por elementos carreiristas e ambiciosos da classe média. Como não é uma organização com ideologia não se pode catalogar como camponesa. É um grupo oscilante que se desloca de um ponto a outro, guiado pela possibilidade de conseguir vantagens materiais.

Pela ausência de idéias se assemelha com algo (o exitismo ocasional) que foi em seu momento CONDEPA.

Dentro do espectro oportunista se parece em muitos aspectos às organizações que aparecem e desaparecem buscando

O governo do MAS terminará se enfrentando com as massas

Alguns procuram acreditar que o MAS resolverá tudo e que a mudança já se iniciou. A verdade é que o MAS está a serviço dos ricos e das potências imperialistas porque seu pensamento e posturas são burguesas e necessariamente refletem a incapacidade da classe dominante que já é sua aliada. Por que o MAS inevitavelmente fracassará e terminará usando o aparato estatal para engordar uma nova camada de politiqueros, desta vez dos burocratas sindicais e outros oportunistas.

Evo Morales e Álvaro Garcia não são estadistas de *talla inospechada* mas um par de bandidos, nem radicais, nem lutadores, mas impostores, traficantes e negociantes da luta popular. Esse governo ameaça ser tão pitoresco e nefasto como o de Melgarejo.

Mas no momento, até que se passe a bebedeira eleitoral, é tempo dos "oxalás", ou seja das esperanças infundadas, enquanto o MAS se direitiza aceleradamente, comprometido com a conservação do sistema e ao invés de limpar o cenário, estende a mão à direita para governar com a burguesia, especialmente com o setor chamado de progressita (?) e se curva diante

beneficiará à custa da miséria em sua colônia boliviana.

A excessiva demagogia é utilizada por Evo para enganar os bolivianos e particularmente aos camponeses.

Os fatos, tudo o que se faz cotidianamente Evo, põem em evidência que é um demagogo e um traidor de seus seguidores, particularmente, dos cocaleiros.

A tarefa de hoje: é preciso desmascarar a demagogia do MAS, afim de que as massas, os camponeses, se mobilizem para derrotar a política de Evo que está destinada a fortalecer a opressão imperialista no lugar de derrubá-la.

êxitos ocasionais.

O caudilho resume tudo o que são estas organizações, que certamente não deixam nada permanente depois de seu desaparecimento.

As massas começam a rebelar-se

Apenas instalado como governo, Evo seguramente tem percebido que não poucas organizações burladas pelo Presidente com suas promessas pré-eleitorais, vão fazendo suas críticas e oposição. Esse é um sintoma revelador.

O governo de Evo, francamente burguês, só poderá se chocar com as maiorias camponesas e populares.

Os oprimidos do campo procuram acabar com sua extrema miséria e a submissão aos poderosos, aos milionários, as multinacionais e o governo Evo não poderá cumprir essa tarefa histórica.

Que são Evo e o MAS?

Todos têm visto que andam vestidos da manta dos milionários, das multinacionais. Oferecem seus serviços aos poderosos governos e opressores.

das multinacionais, empresários, banqueiros, nacionalistas, dando sinais de que não afetará seus interesses, não nacionalizará as petrolíferas e nem freará a licitação do Mutún, sua política será contemporizar com empresários e nacionalistas.

As alianças direitistas descontentes ou desesperadas procuram apoiar-se nas prefeituras e críticas e conspirar como podem. A pauta deu a Rubén Costas, vencedor das eleições para Prefeito em Santa Cruz, lançando um discurso atrevido como se tivesse sido eleito presidente, mas, como tem funcionado a te hoje, é possível que os carregadores da direita fortaleçam o novo governo.

A chegada do MAS ao governo seguramente é acidente de curta duração na medida que a luta das massas continua e ameaça enfrentá-lo e varrê-lo, isso são os prazos do novo governo, superando-o com as velhas ilusões. O MAS ao afirmar que as reivindicações "irracionais" serão reprimidas, da puta de que servirá com mão dura a seus patrões. Por isso, afirmamos que esta etapa durará pouco. (do O Insurgente", POR de Santa Cruz)